



## VI Congresso Internacional de Educação- Neurociência e educação- entrelaçamentos entre saúde, aprendizagem e envelhecimento

### **VIOLÊNCIA POLÍTICA racismo e outros**



### **DE GÊNERO: Etarismo, marcadores sociais<sup>1</sup>**

Janete Rosa da Fonseca -UFMS<sup>2</sup>

[janete.fonseca@ufms.br](mailto:janete.fonseca@ufms.br)

Gabrieli dos Santos Souza Bordas-UFMS<sup>3</sup>

[gabrieli.souza@ufms.br](mailto:gabrieli.souza@ufms.br)

### **RESUMO**

Este artigo busca explorar como a interseccionalidade dos marcadores sociais, como etarismo, racismo e outros, contribui para a perpetuação da violência política de gênero e quais as suas implicações no fortalecimento de estruturas de poder desiguais. Através do procedimento técnico da pesquisa bibliográfica, foram consultados autores como Saffioti (1995), Bhabha (1998), Butler (2003), Spivak (2010) e Crenshaw (1991), entre outros, pode-se identificar a metodologia desenvolvida como sendo de abordagem qualitativa quanto ao tratamento dos dados obtidos. Foram trazidos para discussão temáticas como interseccionalidade e marcadores sociais, etarismo, preconceito e exclusão política como sendo também um dos marcadores sociais da violência política de gênero na atualidade. Diante do exposto, é evidente que a violência política de gênero não pode ser dissociada das interseções entre etarismo, racismo e outros marcadores sociais, que juntas criam um quadro complexo e dinâmico de opressão. Para avançarmos na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, é necessário que se discuta sobre violência política incluindo essa perspectiva interseccional, acompanhando a diversidade das experiências vividas por mulheres e grupos marginalizados. Só assim será possível desenvolver políticas públicas que possam combater não apenas a violência de gênero, mas

<sup>1</sup> Pesquisa realizada com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPQ e do Programa Mulheres na Ciência 2025- UFMS.

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Pós Doutorado em Neurociência. Pós Doutorado em Educação. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS. Campus de Aquidauana.

<sup>3</sup> Bolsista de Iniciação Científica -PIBIC/CNPQ. Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS. Campus de Aquidauana.

todas as formas de opressão que impedem a construção de uma democracia verdadeiramente inclusiva e representativa.

**Palavras-chave:** Etarismo. Gênero. Política. Violência

## **ABSTRACT**

This article seeks to explore how the intersectionality of social markers, such as ageism, racism, and others, contributes to the perpetuation of gender-based political violence and its implications for strengthening unequal power structures. Through the technical procedure of bibliographic research, authors such as Saffioti (1995), Bhabha (1998), Butler (2003), Spivak (2010), and Crenshaw (1991), among others, were consulted. The methodology developed can be identified as a qualitative approach regarding the treatment of the data obtained. Topics such as intersectionality and social markers, ageism, prejudice, and political exclusion were brought into the discussion, with political exclusion also being a social marker of current gender-based political violence. Given the above, it is evident that gender-based political violence cannot be dissociated from the intersections between ageism, racism, and other social markers, which together create a complex and dynamic framework of oppression. To move towards a more just and egalitarian society, it is necessary to discuss political violence including this intersectional perspective, taking into account the diversity of experiences lived by women and marginalized groups. Only in this way will it be possible to develop public policies that can combat not only gender-based violence, but all forms of oppression that prevent the construction of a truly inclusive and representative democracy.

**Keywords:** Ageism. Gender. Politics. Violence.

## **INTRODUÇÃO**

A violência política de gênero é um fenômeno complexo que se manifesta de diversas formas e impacta diretamente as mulheres e grupos marginalizados em vários espaços sociais. Essa violência não se dá apenas em contextos de conflitos armados ou crises políticas, mas também se revela nas práticas cotidianas que limitam a participação de determinados grupos sociais nas esferas de decisão. Este artigo busca explorar como a interseccionalidade dos marcadores sociais, como etarismo, racismo e outros, contribui para a perpetuação da violência política de gênero e quais as suas implicações no fortalecimento de estruturas de poder desiguais.

A violência política de gênero pode ser entendida como qualquer ato que visa silenciar, controlar ou marginalizar as vozes das mulheres e de pessoas com identidades de gênero não conformistas no espaço político. Essa forma de violência pode ocorrer de maneira física, psicológica, sexual ou econômica e se intensificar em contextos onde as desigualdades sociais

e de gênero estão profundamente enraizadas. Para entender esse interesse, é fundamental considerar que ele não opera isoladamente; ao contrário, a interidade e se agrava por meio de outras formas de opressão, como o racismo, o etarismo e a homofobia.

Conforme aponta Saffioti (2004), a violência de gênero deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino, inclusive nas modalidades familiar e doméstica. Ainda Saffioti (2004) vai nos dizer que em seu livro sobre Violência de gênero, poder e impotência, procurou mostrar o quão generalizada e a violência de gênero, sobretudo a que acontece no interior do domicílio. Porém como o objetivo de nossa pesquisa é a violência política de gênero traremos a título de notas introdutórias a discussão/reflexão/provocação sobre a violência de gênero que acontece em vários espaços da nossa sociedade.

E como nos alerta Safiotti (2004), mesmo que a conduta violenta em relação as mulheres esteja tipificada no Código Penal brasileiro, estas são extensamente toleradas pela sociedade simplesmente por se tratar de uma violência cometida por homens. Com relação a mulher, a sociedade revela muito menor ou nenhuma com tolerância. Isto equivale a dizer que o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas sim toda uma organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens mas também por mulheres. Neste artigo tivemos o cuidado de trazer o conceito de interseccionalidade para discutirmos os marcadores sociais que reforçam o estigma da violência de gênero, mais especificamene no caso da nossa psquisa no âmbito da política. Mas jamais podemos deixar de enfatizar que quando se trata de violência de gênero em famílias, esta é uma das questões que ignora fronteiras entre as classes sociais. Porém, como já destacado nosso objeto de pesquisa é a violência política de gênero e para tal também traremos para a discussão um tema que é transversal ao que propomos.

Trata-se do etarismo e da exclusão política, o tempo chega para todos, infelizmente , para alguns, o envelhecimento é uma incomoda certeza. Afinal, as identidades não são estanques. Estão em um processo contínuo de formação e transformação, constantemente passando por mudanças, atravessando e sendo atravessadas por situações e fatos (Hall, 1999).

O etarismo, conceito que se refere à discriminação com base na idade, é uma questão social crítica que afeta diversos aspectos da vida humana, incluindo a esfera política. A política de exclusão de indivíduos mais velhos em detrimento dos mais jovens representa um destaque recorrente nas sociedades contemporâneas, levantando preocupações sobre a justiça social, a igualdade de oportunidades e a representatividade no sistema democrático.

## **2 A INTERSECCIONALIDADE NA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA POLÍTICA**

A teoria da interseccionalidade, proposta pela pesquisadora Kimberlé Crenshaw (1991), serve como uma ferramenta útil para analisar como diferentes identidades sociais interagem e se sobrepõem, conduzindo a experiências únicas de discriminação e violência. O conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1991), acrescenta uma dimensão crucial ao entendimento da violência sofrida a partir da presença destes marcadores. Crenshaw, em seus estudos sobre as interações entre raça, classe, gênero e outras identidades sociais, aponta como as experiências de opressão não podem ser entendidas de forma isolada. Em vez disso, elas são moldadas por múltiplas camadas de discriminação que se interseccionam e criam experiências, as mulheres negras, por exemplo, enfrentam tanto a pressão de gênero quanto a racial, criando uma realidade particular onde a violência política é exacerbada. Os estudos têm ressaltado que a consideração desses fatores é crucial para entender a gama de experiências enfrentadas por essas mulheres e suas dificuldades em alcançar representatividade nas esferas políticas.

## **3 ETARISMO E A EXCLUSÃO POLÍTICA**

O etarismo pode ser definido como um conjunto de atitudes, comportamentos e práticas que refletem preconceitos e estereótipos negativos em relação a pessoas com base em sua idade. Embora muitas vezes associada à discriminação contra os mais velhos, também se aplica aos jovens, que, muitas vezes, são considerados imaturos ou incapazes de participar de processos políticos. Essa discriminação gera um ciclo vicioso de marginalização, pois, ao ser excluído dos debates políticos, ambos os grupos não têm a oportunidade de expressar suas necessidades e prioridades, perpetuando a invisibilidade e a falta de voz na arena pública.

O etarismo, ou discriminação com base na idade, é uma dimensão frequentemente negligenciada nas discussões sobre violência política de gênero. Jovens mulheres, especialmente aquelas com menos de 30 anos, enfrentam frequentemente a deslegitimação de suas experiências e opiniões. A percepção de que são "muito jovens" para contribuir validamente no debate público serve como um mecanismo de controle que minimiza suas vozes. Essa dinâmica não só prejudica a inclusão de perspectivas novas e diversas nas deliberações políticas, mas perpetua um ciclo de exclusão que favorece figuras mais tradicionais e conservadoras dentro da política.

Da mesma forma, as mulheres mais velhas também enfrentam desafios relacionados ao etarismo. Muitas vezes, são vistas como "desatualizadas" ou "irrelevantes", descartando suas experiências e conhecimentos acumulados ao longo dos anos. Essa marginalização das vozes femininas em diferentes idades reforça a ideia de que a política é um espaço reservado principalmente a um grupo homogêneo, limitando a diversidade de ideias e a representatividade necessária para um funcionamento saudável da democracia.

A exclusão política, por sua vez, pode ser entendida como a negação da participação de determinados grupos sociais nos processos de tomada de decisão e representação política. As causas dessa exclusão são multifacetadas e incluem fatores estruturais, como leis restritivas, e fatores socioculturais, como normas que desvalorizam as contribuições de diferentes faixas etárias. Em muitos países, a legislação eleitoral não garante a paridade ou a equidade no acesso a cargos políticos. Além disso, tanto os jovens quanto os idosos enfrentaram barreiras sérias para se envolverem na política, seja pela falta de representação em partidos políticos, ou pela ausência de políticas públicas que promovam a inclusão.

O racismo também desempenha um papel crucial na configuração da violência política de gênero. Mulheres negras, indígenas e de outras etnias marginalizadas frequentemente vivenciam formas de violência que são tanto raciais quanto de gênero. Estudos mostram que essas mulheres são alvos de ameaças, assédio e intimidação, tanto em ambientes digitais quanto físicos, em decorrência de suas identidades duplas. Esse cenário não apenas impede sua participação ativa, mas também gera um ambiente hostil que incentiva muitas pessoas a se engajarem politicamente.

Além disso, a sub-representação de mulheres racializadas nas esferas de poder perpetua a falta de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas. O desligamento de suas vozes contribui para a formulação de um conjunto de políticas que não considera as realidades multifacetadas que essas mulheres enfrentam, perpetuando assim ciclos de pobreza, violência e exclusão social.

Para combater o etarismo e promover uma representação política mais inclusiva, é fundamental implementar políticas e iniciativas que visem a integração de todas as idades. Uma solução é a promoção de programas de educação cívica que incentivam a participação política desde a juventude, capacitando os jovens para se tornarem líderes e agentes de mudança na sociedade. Esses programas poderiam incluir workshops, palestras e projetos em órgãos governamentais, proporcionando uma experiência prática e realista do funcionamento da política.

Do mesmo modo, é crucial criar ambientes inclusivos para os idosos, que possibilitem sua participação ativa. Isso pode incluir a adoção de medidas que garantam a acessibilidade em

espaços financeiros, bem como a promoção de plataformas digitais que permitam uma interação política, levando em conta as dificuldades tecnológicas que alguns idosos podem enfrentar. Além disso, iniciativas que valorizam a experiência dos mais velhos, como conselhos consultivos e fóruns intergeracionais, podem fortalecer a voz desse grupo na tomada de decisões.

### **3.1 Outros marcadores sociais de opressão**

A análise da violência política de gênero também deve considerar outros marcadores sociais, como a orientação sexual, classe social e deficiência. Pessoas LGBTQIA+ enfrentam frequentemente formas de violência política que estão intrinsecamente ligadas à sua identidade. A homofobia e a transfobia se manifestam em ataques diretos, tanto verbais quanto financeiros, que têm como objetivo silenciar e deslegitimar suas vozes no espaço político. Isso resulta em uma sub-representação ainda maior de orientação sexual diversa nos âmbitos de decisão e poder.

A classe social, por sua vez, influencia a capacidade dos indivíduos se engajarem na política. Mulheres de classes sociais menos favorecidas muitas vezes carecem de recursos, tanto financeiros quanto educativos, que lhes permitem participar em processos políticos. Essa falta de acesso à educação, informação e redes de apoio cria uma barreira significativa que limita a equidade na representação política. A opressão de gênero é uma questão complexa e multifacetada que envolve uma interseção de diversas formas de discriminação e desigualdade. Embora o sexismo e o patriarcado sejam frequentemente discutidos como os principais mecanismos de opressão contra as mulheres, é crucial considerar que essa experiência é ainda mais complexa por meio da análise de outros marcadores sociais, como raça, classe social, orientação sexual, idade e deficiência.

Da mesma forma, a deficiência é um fator que complica ainda mais a questão da inclusividade na política. Mulheres com deficiência enfrentam não apenas a exclusão em razão de seu gênero, mas também a marginalização por suas condições físicas ou mentais, sendo frequentemente silenciadas em discussões que dizem respeito a elas. A opressão das mulheres com deficiência é uma área frequentemente negligenciada nas discussões sobre o gênero. As mulheres com deficiência enfrentam várias formas de discriminação, tanto por serem mulheres quanto por sua condição, o que resulta em uma dupla marginalização que pode levar a situações de vulnerabilidade extrema. Muitas vezes, as necessidades específicas dessas mulheres são ignoradas nas políticas públicas e nas iniciativas de empoderamento feminino.

A inclusão de vozes de mulheres com deficiência no movimento feminista é essencial para garantir que suas experiências e desafios sejam representados. A luta pela acessibilidade total, tanto física quanto social, deve ser uma prioridade para qualquer movimento que aspire a ser verdadeiramente inclusivo. A ausência de políticas inclusivas e adaptadas continua a reafirmar o ciclo de exclusão que permeia suas vidas.

#### **4. POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO**

À luz das discussões apresentadas ao longo do artigo, torna-se imprescindível avançar na formulação de políticas públicas que garantam condições equitativas de participação política para mulheres e demais grupos marginalizados. Considerando a perspectiva interseccional, é necessário construir mecanismos institucionais que assegurem proteção, visibilidade e inclusão, de modo a enfrentar de maneira estrutural as múltiplas formas de violência política de gênero.

A implementação de observatórios permanentes de monitoramento da violência política representa um passo fundamental, esses dispositivos permitem identificar práticas discriminatórias naturalizadas e garantir que mulheres – especialmente negras, jovens, idosas, indígenas, com deficiência – tenham acesso a canais seguros de denúncia e acompanhamento. O fortalecimento de medidas legais específicas, incluindo a tipificação e responsabilização efetiva de casos de violência política, também é essencial para romper com a sensação de impunidade que permeia esse tipo de agressão.

Outro elemento central refere-se à ampliação de políticas de ação afirmativa nos partidos políticos, a garantia de cotas de gênero e raça em cargos internos e diretórios partidários, aliada à busca pela paridade nas eleições, contribui para reduzir desigualdades históricas. Além disso, é necessária a distribuição equitativa de recursos financeiros e de tempo de propaganda eleitoral, condições fundamentais para uma disputa democrática justa.

Programas de formação e capacitação política também desempenham papel relevante. Tais iniciativas podem fortalecer a atuação de jovens mulheres – frequentemente invalidadas por discursos etaristas – e de mulheres idosas, cujas trajetórias e conhecimentos são frequentemente desconsiderados. Para mulheres com deficiência, políticas que assegurem acessibilidade comunicacional e arquitetônica tornam-se indispensáveis à plena participação política.

Diante da crescente centralidade das redes sociais como arena política, é urgente a criação de protocolos de enfrentamento ao assédio digital, a articulação entre órgãos públicos,

plataformas tecnológicas e sociedade civil pode contribuir para mitigar discursos de ódio que visam silenciar mulheres e grupos marginalizados, reforçando a importância de ambientes digitais seguros e democráticos. Dessa forma, assegurar condições equitativas de participação política significa ir além do diagnóstico das desigualdades, implica construir estruturas permanentes de proteção e promoção que garantam que todas as vozes possam ocupar, de maneira efetiva e segura, os espaços decisórios necessários à consolidação de uma democracia plural e verdadeiramente representativa.

A consolidação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência política de gênero deve considerar também a construção de espaços institucionais que permitam a participação contínua e ativa de grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, é relevante destacar a importância de instâncias consultivas e deliberativas que contemplem a diversidade étnica, racial e de identidades de gênero, garantindo que suas experiências e necessidades orientem a formulação de políticas.

Além disso, iniciativas de educação cívica dirigidas a toda a população podem desempenhar papel estratégico na transformação cultural necessária para reduzir as práticas de violência e discriminação. Isso inclui campanhas permanentes de conscientização sobre os impactos da violência política na democracia, bem como programas que incentivem o engajamento político desde a juventude, reduzindo as barreiras simbólicas e institucionais que afastam jovens mulheres e pessoas racializadas da arena pública.

Outro ponto relevante refere-se à responsabilização das estruturas partidárias, os partidos desempenham função central na conformação do campo político e, portanto, devem ser chamados a assumir compromissos efetivos com a promoção da diversidade. A implementação de mecanismos internos de prevenção e enfrentamento à violência política, como comissões de ética especializadas e protocolos de acolhimento, torna-se uma estratégia fundamental para assegurar ambientes partidários seguros.

Por fim, é importante considerar que o fortalecimento das mulheres e dos grupos marginalizados na política também depende da construção de redes de apoio e solidariedade. Essas redes, formadas por coletivos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, podem contribuir para o fortalecimento emocional, jurídico e político dessas pessoas, criando condições mais favoráveis para sua permanência nos espaços de poder.

Assim, refletir sobre políticas públicas, mecanismos de proteção e estratégias de fortalecimento significa reconhecer que a democratização da política passa necessariamente

pela transformação de suas estruturas internas e de sua cultura institucional. Por fim, somente com a garantia de ambientes seguros, inclusivos e representativos será possível avançar rumo a uma democracia que acolha a pluralidade de experiências e corpos que compõem a sociedade brasileira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A opressão de gênero é uma experiência que não pode ser isolada de outros marcadores sociais que moldam a vida das mulheres. Para promover a equidade de gênero, é importante considerar e abordar as interseções entre o gênero e outros fatores sociais, como raça, classe, orientação sexual, idade e deficiência. Um feminismo inclusivo e interseccional é fundamental para enfrentar a complexidade das desigualdades que permeiam a vida das mulheres, promovendo um ambiente em que todas possam gozar de direitos iguais e dignidade.

A luta pela igualdade de gênero deve ser, portanto, uma luta múltipla e diversificada, que reconheça as nuances das vivências femininas e busque a transformação social através da inclusão e da solidariedade entre todas as mulheres. Assim, será possível construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde a opressão de gênero possa ser desmantelada em suas diversas formas. Diante do exposto, é evidente que a violência política de gênero não pode ser dissociada das interseções entre etarismo, racismo e outros marcadores sociais, que juntas criam um quadro complexo e dinâmico de opressão. Para avançarmos na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, é necessário que se discuta sobre violência política incluindo essa perspectiva interseccional, acompanhando a diversidade das experiências vividas por mulheres e grupos marginalizados. Só assim será possível desenvolver políticas públicas que possam combater não apenas a violência de gênero, mas todas as formas de opressão que impedem a construção de uma democracia verdadeiramente inclusiva e representativa.

O etarismo e a exclusão política representam desafios atuais nas democracias contemporâneas. A promoção de um ambiente político inclusivo é essencial para garantir que tanto jovens quanto idosos possam contribuir na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao considerar as contribuições únicas de cada faixa etária e ao proteger a discriminação baseada na idade, poderemos avançar em direção a uma democracia verdadeiramente representativa, onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas. É imperativo que a sociedade se desafie a exclusão e fomente a inclusão, garantindo que a diversidade etária é uma riqueza que deve ser celebrada e aproveitada.

## REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color.** Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229025> . Acesso em: 20 de novembro de 2025.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais. Uma versão latino-americana.** In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Identidades culturais: uma discussão em andamento** ed. on-line – Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 145-177

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação de mestrado.** Fortaleza: EUFC, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio Janeiro: DP&A, 1999.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005, p.107-127.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.